

RECURSO ESPECIAL Nº 1.418.989 - RS (2013/0383304-7)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
RECORRENTE : SANDRA REGINA DE SOUZA CORREA E OUTRO
ADVOGADO : ADILSON MACHADO E OUTRO(S) - RS045588
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : GUILHERME PERONI LAMPERT E OUTRO(S) - RS047295
CONRADO DE FIGUEIREDO NEVES BORBA - RS058024B

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por SANDRA REGINA DE SOUZA e EMÍLIO SILVEIRA PAINES contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4ª Região).

Cuidam os autos, na origem, de embargos à execução opostos por SANDRA REGINA DE SOUZA e EMÍLIO SILVEIRA PAINES contra CAIXA ECONÔMICA FEDERAL- CEF.

O il. Magistrado extinguiu o feito sem resolução do mérito (sentença às fls. 265/269).

Diante disso, SANDRA REGINA DE SOUZA e EMÍLIO SILVEIRA PAINES interpuseram apelação, a qual foi desprovida pelo il. Relator do eg. TRF 4ª Região, conforme decisão monocrática de fls. 297/300.

Assim, SANDRA REGINA DE SOUZA e EMÍLIO SILVEIRA PAINES manejaram agravo regimental, que foi desprovido pelo eg. TRF 4ª Região, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. 321):

"PROCESSUAL. ADMINISTRATIVO. CONTRATO BANCÁRIO. MÚTUO HABITACIONAL HIPOTECÁRIO SEM VINCULAÇÃO COM O SFH. AMORTIZAÇÃO PELO SACRE E CORREÇÃO DO SALDO DEVEDOR PELOS ÍNDICES OFICIAIS DAS CADERNETAS DE POUPANÇA. MODALIDADE CARTA DE CRÉDITO CAIXA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Na hipótese de contrato com sistema de amortização SACRE, não ocorre capitalização de juros.

2. O percentual em que fixados os honorários advocatícios, 10% do valor da causa, está em acordo com os precedentes da Turma em ações da mesma natureza, cabendo ser mantida no ponto a decisão de primeiro grau.

3. Mantida a decisão agravada."

Inconformados, SANDRA REGINA DE SOUZA e EMÍLIO SILVEIRA PAINES interpuseram o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas

"a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, a violação dos arts. 20, 586, 618 e 739, § 1º, do CPC/73; e do art. 23 da Lei n.º 8.906/94.

É o relatório. Decido.

No apelo nobre que pretendem trânsito, sustentam os recorrentes a violação do art. 739, § 1º, do CPC/73, ao argumento de que os embargos do devedor possuem efeito suspensivo. O eg. TRF 4ª Região, por seu turno, concluiu pela inexistência de causas suspensivas, aplicando-se ao caso o art. 739-A do CPC/73. À título elucidativo, colaciona-se o seguinte excerto do v. acórdão regional:

"Presentes as questões trazidas pelos agravantes com base nos arts. 586, 618, I, e 739-A, § 1º, todos do CPC, cabe dizer que inexistem as causas de nulidade e de suspensão dos embargos suscitadas pelos recorrentes."

Com efeito, o recurso não merece prosperar. Isso porque os recorrentes invocam a aplicação do art. 739, § 1º do CPC/73, enquanto o eg. TRF 4ª pautou sua conclusão no art. 739-A do CPC/73, incluído pela Lei n.º 11.382/2006. Nesse ponto, portanto, o recurso encontra-se desconexo do v. acórdão, motivo pelo qual incide à espécie a Súmula 284/STF (AgRg no REsp 955.247/PR, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 22/04/2015).

Outrossim, melhor sorte não socorre ao recurso quanto aos arts. 586 e 618, inciso I, do CPC/73. Sob as referidas infringências, afirma-se que a execução deveria ser suspensa devido ao manejo da ação revisional. Ocorre que, conforme entendimento deste Sodalício, o ajuizamento da ação revisional somente poderá suspender o processo executivo em hipóteses excepcionais e desde que haja prévia garantia do juízo. Corroboram essa conclusão os arestos a seguir:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973. NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. GARANTIA HIPOTECÁRIA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. AÇÃO REVISIONAL. EXECUÇÃO. PREJUDICIALIDADE EXTERNA. GARANTIA DO JUÍZO. SÚMULA N. 83 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.
(...)"*

3. A suspensão do processo executivo em decorrência do trâmite simultâneo de ação revisional, ajuizada antes ou depois da execução, depende de estar garantido o juízo, o que não se verificou neste processo. Jurisprudência do STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1672606/PA, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 30/04/2018, g.n.)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AÇÃO REVISIONAL ANTERIORMENTE AJUIZADA. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO. ART.

739-A, § 1º, DO CPC.

1. 'A garantia do juízo é condição imprescindível à suspensão do processo executivo (art. 739-A, § 1º, do CPC), o que, consoante assentado pelo Tribunal de origem, não ocorreu no caso em julgamento' (REsp 1.118.595/MT, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/11/2013, DJe 06/12/2013).**

(...)

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1342799/SP, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 03/06/2014, DJe 12/06/2014, g.n.)

Essa conclusão é retirada a partir da interpretação do art. 739-A, §1º, do CPC/73, *in verbis*:

"Art. 739-A. Os embargos do executado não terão efeito suspensivo. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).

§ 1º O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando, sendo relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação, e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006)."

No caso em apreço, o eg. Tribunal regional, mediante análise soberana das provas existentes nos autos, concluiu não estarem presentes os requisitos necessários para deferir a suspensão do processo executivo. Nesse cenário, para alterar esse entendimento,

seria necessário revolver o acervo fático e probatório dos autos, providência incompatível com o recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ.

Além disso, os recorrentes também invocam a ofensa do art. 20 do CPC/73, ao argumento de que deveriam ser condenados à sucumbência mínima. Ocorre que, segundo iterativa jurisprudência desta eg. Corte Superior, em sede de recurso especial, não é possível verificar a causalidade para fins de fixação dos honorários advocatícios, devido ao óbice da Súmula 7/STJ. Homologa essa conclusão o julgado a seguir:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. RESILIÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MERCADORIAS. 1. LUCROS CESSANTES E DANO MORAL. ALTERAR O ENTENDIMENTO DEMANDARIA A ANÁLISE DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS E CONCLUSÕES FÁTICAS DO TRIBUNAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. 2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO E PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. REVER O QUADRO FÁTICO TRAÇADO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 3. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. (...)

3. A jurisprudência desta Corte entende que a verificação do quantitativo em que as partes decaíram do pedido inicial e a aplicação do princípio da causalidade demandaria o reexame das provas dos autos, o que é inviável nesta via especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no AREsp 716.072/PR, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 13/11/2015, g.n.)

Ademais, o recurso também não prospera quanto ao art. 23 da Lei n.º 8.906/94. Com efeito, referido dispositivo não foi apreciado pelo eg. TRF 4ª Região, especialmente porque não foi invocado no agravo regimental de fls. 307/311, nem houve oposição de embargos de declaração. Incidem à espécie, portanto, as Súmulas 282 e 356 do STF, conforme entendimento desta eg. Corte Superior:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

1. A ausência de enfrentamento da matéria pelo Tribunal de origem impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento. Incidência da Súmula 282 do STF, por analogia.

1.1. In casu, deixou a recorrente de apontar, nas razões do apelo extremo, a violação do artigo 1.022 do CPC/15, a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado quanto ao tema.

1.2. Esta Corte admite o prequestionamento implícito dos dispositivos tidos por violados, desde que as teses debatidas no apelo nobre sejam expressamente discutidas no Tribunal de origem, o que não ocorreu na hipótese. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1261719/SP, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 07/12/2018, g.n.)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREPARO. DESERÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. OMISSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. O recurso especial, no caso, devolve matéria que não foi objeto de debate pela Corte de origem. Ausente o prequestionamento, exigido inclusive para as questões de ordem pública, caracterizado está o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

2. Consoante dispõe o art. 535 do CPC, destinam-se os embargos de declaração a expungir do julgado embargado eventuais omissão, obscuridade ou contradição, não se caracterizando esse instrumento processual como via própria para rediscussão do mérito da causa. 3. Admite-se a intimação para complementação do preparo, quando recolhido o valor de forma insuficiente. Precedentes: AgRg no AREsp 285564/MG, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 2.8.2013; EDcl no AgRg no Ag 1385398/SP, Rel. Min. Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 3.10.2013. No caso, o tribunal de origem oportunizou à parte a complementação e, não sendo esta efetivada, aplicou a pena de deserção.

4. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 681.659/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 12/5/2015, DJe de 19/5/2015, , g.n.)

Por fim, no que tange à divergência jurisprudencial, o apelo também não merece acolhimento, pois a mera transcrição de ementas não é suficiente para dar abertura ao apelo especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Os arestos a seguir corroboram

esse entendimento:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 283/STF. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284/STF. MATÉRIAS ANALISADAS EM DECISÃO DEFINITIVAMENTE JULGADA. PRECLUSÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA.

(...)

4. Não se conhece do dissídio jurisprudencial suscitado no recurso especial, quando descumpridas as exigências do artigo 541, parágrafo único, do CPC/1973. A mera transcrição das ementas dos acórdãos apontados como paradigmas não serve para configurar a divergência.

5. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AREsp 764.607/RO, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 25/03/2019, grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. NOTÍCIA-CRIME. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONDUCTA CULPOSA RECONHECIDA. DEVER DE INDENIZAR. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE COTEJO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

(...)

4. A demonstração da divergência não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, trechos ou inteiro teor dos precedentes lado a lado, mas sim com o confronto entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias fáticas e jurídicas que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

5. Uma vez aplicada a Súmula 7/STJ quanto à alínea a, fica prejudicada a divergência jurisprudencial, pois as conclusões divergentes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão legal.

6. Recurso especial não provido."

(AgInt no REsp 1727822/AM, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 22/10/2018, grifou-se)

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RI-STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator